

4. DIÁLOGO MULTIDISCIPLINAR

NOVAS PERSPECTIVAS DE USO DA TAQUIGRAFIA EM ÓRGÃOS PÚBLICOS

ALESSANDRA DE SOUZA SANTOS

Técnica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais – Especialidade Taquigrafia
Pós-graduada em Produção de Textos em Português
Bacharel em Biologia
Tradutora

SUMÁRIO: 1. Introdução. 2. Histórico. 3. Desafios para o Futuro da Taquigrafia. 4. A Retextualização. 5. Fatores Pragmáticos que Influenciam a Retextualização. 6. Conclusão. 7. Bibliografia.

1. Introdução

A taquigrafia é uma antiga arte de se escrever rapidamente, registrando ditados em velocidade de fala normal. Apesar do desenvolvimento de diversas tecnologias, como a gravação de áudio e vídeo e, mais recentemente, de *softwares* de transcrição do conteúdo de um texto gravado de maneira digital, a taquigrafia sobrevive em parlamentos e tribunais em todo o mundo. Este trabalho visa a verificar a importância da taquigrafia nos dias atuais e propor novas formas de atuação do profissional taquígrafo, adequando o exercício da profissão às tecnologias de gravação e transcrição.

2. Histórico

A palavra *taquigrafia* vem do grego *takhos* – rápido, veloz – e *graphein* – escrever. Não há registro histórico preciso da origem da escrita taquigráfica. Segundo Ramalho (1997), alguns historiadores aceitam a hipótese de que Moisés utilizou a taquigrafia na elaboração do Pentateuco – os cinco primeiros livros bíblicos. Ainda nos textos dos livros sagrados, há passagens que dão força à interpretação de que a taquigrafia tenha sido criada pelos hebreus como, por exemplo, a passagem de Davi “*Lingua mea scribae velociter scribens*” (Minha língua é como a pena de um escritor que escreve com rapidez – Ps. XLIV). Uma inscrição em uma laje de mármore da Acrópole de Atenas, presumivelmente do séc. IV a.C., sugere que o sistema de escrita rápida foi utilizada pelos gregos, tendo sua introdução sido atribuída a Xenofonte.

Com o declínio da Grécia, a taquigrafia, bem como outras artes, foi absorvida pela cultura romana e lá floresceu. Os primeiros registros da utilização da taquigrafia em Roma datam

de 63 a.C. Os sinais da taquigrafia romana foram adaptações do sistema grego desenvolvidas pelo poeta Quito Ênio e, posteriormente, adotados por Cícero, que ensinou a arte da escrita veloz a seu escravo e secretário Tiron, que aperfeiçoou a prática de tal forma que a taquigrafia romana ficou conhecida pela denominação de *notas tironianas*.

Restrita, a princípio, a estudiosos, a taquigrafia romana expandiu-se e caiu no domínio comum, não sendo raro o mecenas que possuísse ao menos um escravo ou secretário taquígrafo. A taquigrafia era então utilizada para o registro e fixação de discursos feitos em público. Horácio, Ovídio, Manílio, dentre outros, aludem em suas poesias à arte taquigráfica. Mesmo após a queda do Império Romano, o uso do sistema de Tiron sobreviveu por vários séculos, tendo sido comumente utilizado por religiosos cristãos. Graças à taquigrafia, trabalhos como *Cartas de Santo Agostinho* chegaram aos nossos dias.

Na Europa, a taquigrafia moderna teve seu maior desenvolvimento na Inglaterra, tendo sido, posteriormente, difundida em todo o continente e também no Novo Mundo. Modernamente, o país em que a taquigrafia mais se expandiu foram os Estados Unidos, onde, além da taquigrafia manual, foram criadas máquinas de estenografia, para o registro taquigráfico em fóruns e tribunais.

No Brasil, a taquigrafia foi introduzida por José Bonifácio de Andrada e Silva em meados de 1822. Graças a isso, os debates da primeira Assembléia Constituinte, em 1823, foram devidamente registrados.

A taquigrafia antiga difere muito da atual. As abreviaturas utilizadas pelos gregos e romanos e, mais tarde, pelos europeus, na Idade Média, assemelhavam-se às abreviaturas que se empregam na escrita comum, com a simples supressão de letras que pudessem ser facilmente subentendidas na leitura. Na taquigrafia moderna, há dois sistemas: o geométrico e o cursivo. O primeiro emprega símbolos que correspondem a traços e hemicírculos. O segundo, símbolos arredondados que remetem ao traçado da escrita comum. Independentemente do sistema adotado, a taquigrafia moderna é essencialmente fonética, não representando a ortografia ou etimologia da palavra ou frase representada. As palavras são grafadas como soam, e as letras não-sonoras não são representadas. Não há a marcação de letras maiúsculas ou minúsculas, vírgulas e parágrafos. Há a representação da pausa da fala, que pode corresponder ao ponto final, assim como há a representação da entonação de pergunta na frase. A aquisição da velocidade na escrita taquigráfica dá-se pela utilização de símbolos ou taquigramas que podem representar palavras individuais ou mesmo expressões. Esses símbolos são escritos de forma contínua, de maneira que o número de vezes que o taquígrafo levanta a mão do papel para grafar a palavra ou expressão subsequente sejam minimizados. Cada vez que o profissional levanta a mão do papel, seja para escrever o próximo taquigrama, seja para virar a página, perde-se tempo precioso. Os taquigramas são signos individuais, havendo taquigramas para representar terminologias técnicas específicas para cada ramo. O profissional deve praticar continuamente a escritura dessas simbologias com ditados em velocidades gradualmente maiores, até que a escrita desses taquigramas se torne automática. É importante ressaltar

que a taquigrafia é uma técnica de escrita que demanda muito, física e psiquicamente, do profissional. Como é uma atividade que exige um grande esforço de concentração, o seu uso em Parlamentos e Assembléias necessita de um grande número de profissionais, revezando-se mutuamente.

3. Desafios para o Futuro da Taquigrafia

A taquigrafia constituiu a única forma de registro de assembléias ou discussões no passado. Com o advento do gravador, questionou-se a necessidade de se continuar utilizando o trabalho de taquígrafos. A justificativa para a manutenção de corpos de taquígrafos, até os dias atuais, em órgãos públicos que tradicionalmente utilizam esse tipo de serviço, como é o caso de Tribunais e Assembléias Legislativas, é que podem ocorrer falhas no sistema de gravação mecânico, com perdas irrecuperáveis de material relevante. Além disso, em discussões acaloradas, como nas do Congresso Nacional ou Assembléias Legislativas, é difícil perceber interlocutores diferentes ou falas sobrepostas ao ouvir-se uma gravação.

Recentemente, os sistemas de gravação têm evoluído sobremaneira, principalmente, na área de gravação de áudio e vídeo e de aprimoramento de *softwares* que processam o material gravado, transcrevendo-o imediatamente sob forma de texto. Tais *softwares* são utilizados em diversos órgãos públicos e privados em países desenvolvidos. A *Voice Recognition Systems*, por exemplo, é uma empresa britânica e tem como clientes o Ministério de Defesa do Reino Unido; a Força Policial de Gloucestershire, no Reino Unido; o Banco da Inglaterra; a Intel Corporation Ltda; a Procter & Gamble, dentre outros, e podem servir como ferramenta importante para se evitar desnecessária digitação e esforço físico, com conseqüentes afastamentos médicos de profissionais por esforço repetitivo, e facilitar a transcrição de textos.

Diante desse quadro, questiona-se novamente a utilidade do profissional taquígrafo, que, provavelmente, terá que adaptar sua atuação, levando em conta o surgimento e aprimoramento dessas novas tecnologias, para continuar existindo. Entretanto, é interessante ressaltar que a tecnologia desenvolvida não substitui um profissional como o taquígrafo, que é capaz de produzir textos adequados a gêneros específicos, mas poderá tornar-se uma ferramenta preciosa para o trabalho do taquígrafo no futuro. Sob essa ótica, o taquígrafo é um profissional capaz não só de registrar textos orais de maneira célere e eficaz, mas também de produzir textos escritos mais formais, como os diversos gêneros acadêmicos, a partir de notas taquígráficas de manifestações orais, processo que se denomina *retextualização*.

4. A Retextualização

Segundo Santos (2004, p. 11):

A retextualização é a passagem de um texto de um gênero para outro ou a passagem da modalidade oral para a modalidade escrita, fazendo-se alterações para atualizar a

linguagem de forma a adequar o texto a essa nova realidade socialmente estabelecida. Essas alterações implicam mudanças sensíveis e operações complexas, principalmente na linguagem utilizada, e interferem tanto na forma como no sentido. Inicialmente, essa reformulação lingüística leva em consideração as seguintes variáveis: o propósito da retextualização, a relação entre o produtor do texto original e o transformador, a relação tipológica entre o gênero textual original e o gênero da retextualização, ou seja, a transformação em uma modalidade diferente de texto.

Além dessas, outras variáveis são os processos de formulação típicos de cada modalidade, ou seja, o uso de estratégias para a transformação de cada modalidade como, por exemplo, o uso de metalinguagem na linguagem escrita para substituir hesitações e paráfrases da linguagem oral. Essas operações envolvem a idealização, isto é, operações que envolvem a eliminação e regularização de fenômenos de descontinuidade sintática na formulação textual, tais como hesitações, correções, marcadores conversacionais, repetições e truncamentos. Posteriormente, surgem outras operações de reformulação e adaptação, que afetam as estruturas discursivas, o léxico, o estilo, a ordenação tópica, a argumentatividade e acham-se ligadas à reordenação cognitiva e à transformação propriamente dita, transformações essas que atingem a forma e a substância do conteúdo pela via da mudança da qualidade da expressão.

Ao retextualizar-se um texto, deve-se observar a coesão textual e a sua estrutura semântica. As escolhas semânticas devem ser preservadas no novo gênero, uma vez que a significância do discurso reside não só no nível microestrutural, de orações adjacentes e conexões de sentenças, mas também no nível global. É necessário ter-se em mente que sinônimos não são absolutos e que a escolha lexical não é neutra. Segundo Koch (apud PERELMAN, 1970):

Em todo e qualquer discurso particular, só se pode falar, por exemplo, em sinonímia, levando-se em conta a situação de conjunto na qual o discurso está inserido e as convenções sociais que o regem. Assim sendo, a escolha de um determinado termo pode servir de índice de distinção, de familiaridade, de simplicidade, ou pode estar a serviço da argumentação, situando melhor o objeto do discurso dentro de determinada categoria, do que o faria o uso de um sinônimo. A intenção argumentativa pode ser detectada, muitas vezes, pelo uso de um termo pouco habitual na linguagem cotidiana. Por outro lado, a escolha do termo habitual pode igualmente possuir valor de argumento. Salienta ainda que denomina de termo habitual aquele que passa despercebido, já que não existe escolha neutra: o que existe apenas é uma escolha que parece neutra, a partir da qual se podem estudar as modificações argumentativas. O recurso ao estilo neutro deve também ser considerado como um caso particular de renúncia, que se destina a aumentar a credibilidade, por contraste com um estilo argumentativo mais inflamado.

Concomitantemente a todas as operações já mencionadas, ocorrem operações cognitivas, que envolvem a inferência e a compreensão do tópico. Segundo Marcuschi (2001, p. 47):

Há nestas atividades de retextualização um aspecto geralmente ignorado e de uma importância imensa. Pois para dizer de outro modo, em outra modalidade ou em outro gênero o que foi dito ou escrito por alguém, devo inevitavelmente compreender o que foi que esse alguém disse ou quis dizer. Portanto, antes de qualquer atividade de transformação textual, ocorre uma atividade cognitiva denominada compreensão.

5. Fatores Pragmáticos que Influenciam a Retextualização

A retextualização, como já vimos, faz-se necessária em situações em que um texto, produto de fala, deve ser remetido à publicação. Essa necessidade é decorrente de convenções determinadas socialmente. A Pragmática é a área das ciências linguísticas que estuda os fatores externos ao texto que condicionam a sua propriedade e adequabilidade a uma dada condição de produção. Hatch (2000, p. 260) postula que o sentido pragmático dá-se por elementos de contexto que não a Sintaxe ou a Semântica. Costa Val (apud BEAUGRANDE; DRESSLER, 1983) enumera os fatores pragmáticos como sendo: intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade, informatividade e intertextualidade. A intencionalidade é o empenho do produtor em construir um discurso coerente e coeso, capaz de alcançar o objetivo comunicativo proposto. A aceitabilidade é a expectativa do recebedor de que o conjunto de ocorrências com que se defronta seja um texto coeso, coerente e relevante, capaz de levá-lo a adquirir conhecimentos ou a cooperar com os objetivos do autor. Assim, a comunicação se efetiva como um contrato de cooperação entre os interlocutores, sendo que possíveis falhas no processo podem ser toleradas em maior ou menor proporção, de acordo com a informalidade do texto e o grau de informação compartilhado entre ambos. A situacionalidade representa os elementos responsáveis pela pertinência e relevância do texto quanto ao contexto em que ocorre. É a adequação do texto à situação sociocomunicativa, contexto que orienta a produção e a recepção. A informatividade é a previsibilidade ou imprevisibilidade de um texto, na medida em que as informações do texto são partilhadas em maior ou menor grau. A intertextualidade representa fatores que fazem a utilização de um texto dependente do conhecimento de outros textos.

A adequabilidade de um texto a uma dada situação depende de regras que governam a produção apropriada dos atos de linguagem, levando em conta as relações sociais entre o falante e o ouvinte. De acordo com Gnerre (1994, p. 6), todo ser humano tem que agir verbalmente de acordo com tais regras e saber quando pode falar e quando não pode, que tipo de conteúdos referenciais lhe são consentidos e que tipo de variedade linguística é adequada para cada contexto. Ele enfatiza que a presença de tais regras é relevante não só para o falante, mas também para o ouvinte, que faz previsões do que irá provavelmente encontrar em um dado discurso, baseado em seu conhecimento prévio dessas regras socialmente estabelecidas. Costa Val (2000, p. 6) postula que:

São elementos desse processo as peculiaridades de cada ato comunicativo, tais como: as intenções do produtor; o jogo de imagens mentais que cada um dos interlocutores faz de si, do outro e do outro com relação a si mesmo e ao tema do discurso; e o espaço de perceptibilidade visual e acústica comum, na comunicação face a face. Desse modo, o que é pertinente numa situação pode não o ser em outra. O contexto socio-cultural em que se insere o discurso também constitui elemento condicionante de seu

sentido, na produção e na recepção, na medida em que delimita os conhecimentos partilhados pelos interlocutores, inclusive quanto às regras sociais da interação comunicativa.

É, portanto, um jogo de imagens recíprocas que são hipotetizadas, testadas e reformuladas continuamente durante o ato de fala. Projetamos uma imagem do outro e do discurso provável que esse outro emitirá. Koch (1996, p. 19) acrescenta que o homem apropria-se da língua não só com a finalidade de veicular mensagens, mas com o principal objetivo de interagir socialmente, instituindo-se como *eu* e instituindo o outro como interlocutor e vice-versa, por meio do jogo de representações e de imagens recíprocas que entre eles se estabelecem. O sentido de um enunciado é constituído, portanto, pelas relações interpessoais que se estabelecem no momento da enunciação através do jogo de representações em que entram o locutor e o alocutário ao atualizarem suas intenções persuasivas. As máscaras que criamos para representar a fala em situações consideradas socialmente como *de prestígio* envolvem o uso da norma culta ou padrão da língua. Segundo Gnerre (1994, p. 6-7),

Somente uma parte dos integrantes das sociedades complexas, por exemplo, tem acesso a uma variedade ‘cultu’ ou ‘padrão’, considerada geralmente ‘a língua’, e associada tipicamente a conteúdos de prestígio. A língua padrão é um sistema comunicativo ao alcance de uma parte reduzida dos integrantes de uma comunidade; é um sistema associado a um patrimônio cultural apresentado como um *corpus* definido de valores, fixados na tradição escrita. Uma variedade lingüística ‘vale’ o que ‘valem’ na sociedade os seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais.

Isso equivale a dizer que a todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia, isto é, o conjunto de idéias que servem para justificar e explicar a ordem social, as condições de vida do homem e as relações que ele mantém com os outros homens. Segundo Koch (1996, p. 19), no capítulo inicial de sua obra *Argumentação e Linguagem*, a *neutralidade* seria nada mais que um mito, pois o discurso estaria sempre imerso em uma ideologia – a da sua própria objetividade. Uma formação ideológica seria, pois, um conjunto de idéias ou representações que revela a compreensão que um determinado grupo ou formação social tem do mundo. Como não existem idéias que não sejam mediadas pela linguagem, pode-se entender que a cada formação ideológica, corresponde uma formação discursiva, que é um conjunto de elementos do plano discursivo que remetem a elementos do mundo natural (figuras tais como lobo, olho, etc.) ou a categorias que ordenem o mundo natural (temas tais como inveja, paciência, etc.), materializando, na forma lexical, uma dada visão de mundo. Fiorin (2003, p. 33) postula que “[...] as visões de mundo não se desvinculam da linguagem, porque a ideologia vista como algo imanente à realidade é indissociável da linguagem. As idéias e, por conseguinte, os discursos, são expressão da vida real. A realidade exprime-se pelos discursos.” Não existem representações ideológicas senão materializadas na linguagem. É interessante observar-se que, enquanto o discurso é a materialização das formações ideológicas de uma formação social, o texto é o meio em que o homem expressa uma ideologia de forma individualizada, sendo organizado

de maneira a veicular discursos, utilizando-se recursos retóricos e lingüísticos. Segundo Fiorin (2003, p. 42):

O enunciador é o suporte da ideologia, vale dizer, de discursos, que constituem a matéria-prima com que elabora seu discurso. Seu dizer é a reprodução inconsciente do dizer de seu grupo social. Não é livre para dizer, mas coagido a dizer o que seu grupo diz. Já o texto é individual. O falante organiza sua maneira de veicular o discurso. A ilusão da liberdade discursiva tem origem nesse fato. O discurso simula ser individual, porque aquilo que, em si, não tem sentido, o plano da expressão, é o campo da organização individual, é o plano da manifestação pessoal. No entanto, deve-se ressaltar que essa individualidade é objetivada, uma vez que é formada por meio de operações modelizantes de aprendizagem, que incluem a formação lingüística, retórica e de procedimentos de formas de elocução. Formas de dizer o discurso são aprendidas e estão de acordo com as tradições culturais de uma sociedade.

O discurso científico é socialmente tido como discurso prestigioso e obviamente não é um discurso neutro. Através do discurso científico, procura-se comprovar uma tese, através do debate e, portanto, da avaliação. Nesse gênero, é comum encontrarmos grande frequência de modalizadores, que veiculam opiniões, e o uso frequente dos verbos conjugados na terceira pessoa para garantir não só o distanciamento do autor, mas também garantir a respeitabilidade de uma dada hipótese defendida – não é somente o autor que fala, é toda uma comunidade científica que respalda aquela hipótese. Segundo Swales (1990, p. 112), é preciso desenvolver um estilo convincente no discurso científico, pois ele só é verossímil se houver um consenso em torno dele. É interessante observar-se que o consenso só é obtido com estratégias lingüístico-discursivas para se produzir em efeitos de sentido de verdade e de objetividade argumentativa, isto é, de persuasão retórica.

6. Conclusão

É inevitável que o trabalho do taquígrafo sofra alterações no futuro, uma vez que o aprimoramento da tecnologia é fato incontestável. Segundo Santos (2004, p. 41):

[...] é necessário que o taquígrafo seja um conhecedor de diferentes gêneros textuais para proceder a retextualizações bem feitas. É primordial que o profissional conheça as características do funcionamento da fala e da escrita, bem como seus usos sociais, uma vez que esse tipo de retextualização envolve complexos processos de eliminação das marcas de oralidade, introdução de marcas metalingüísticas para referência, reordenação tópico-sintática, seleção lexical que garanta a coesão e a coerência textual. Além disso, é necessário que o taquígrafo conheça também os fatores pragmáticos de adequação do texto ao gênero proposto e recursos retórico-argumentativos, para a adequada manutenção da macroestrutura do texto original. É importante ressaltar-se que os interlocutores lançam mão de estratégias argumentativas e de outros procedimentos da sintaxe discursiva para criar efeitos de sentido de verdade ou de realidade com vistas a convencer seu interlocutor. É em razão desse complexo jogo de imagens recíprocas, que o falante usa certos procedimentos argumentativos e não outros. [...]. O taquígrafo será, portanto, um profissional que efetuará a produção e

retextualização de textos como atividade principal, tornando-se secundário o registro do texto sob a forma de taquígramas.

Portanto, acredito que o futuro taquígrafo será um profissional que presenciara reuniões e sessões plenárias ou de órgãos colegiados, taquígrafando as partes mais relevantes, como se fossem anotações, com o objetivo de se retomar o assunto mais facilmente durante a escrita do texto final. Além disso, o profissional utilizará *softwares* de transcrição como ferramenta, para evitar desnecessária digitação e esforço físico. Seu trabalho será, primordialmente, um trabalho de produção de textos, a partir da retextualização de pronunciamentos e manifestações orais.

7. Bibliografia

BEAUGRANDE, Robert-Alain de; DRESSLER, Wolfgang U. *Introduction to text linguistics*. 2. ed. Londres: Longman, 1983.

COSTA VAL, Maria da Graça. Repensando a textualidade. In: AZEREDO, José Carlos de. (Org.). *Língua portuguesa em debate: conhecimento e ensino*. Petrópolis: Vozes, 2000.

COSTA VAL, Maria da Graça. *Redação e textualidade*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. 7. ed. São Paulo: Ática, 2003.

GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

HATCH, Evelyn Marcussen. *Discourse and language education*. 5. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Texto e coerência*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Argumentação e linguagem*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2001.

PERELMAN, C. *Le champ de l'argumentation*. Bruxelas: PUB, 1970.

RAMALHO, Maria do Carmo Horta. *Da oralidade à escrita a partir de uma nota taquígráfica*. Monografia (Especialização) - UNI-BH, Belo Horizonte, 1997.

SANTOS, Alessandra de Souza. *Novas tendências da taquigrafia: o uso de taquígrafos na Procuradoria-Geral de Justiça*. Monografia (Especialização) - UNI-BH, Belo Horizonte, 2004.

SWALES, John Malcolm. *Genre analysis: English in academic and research settings*. Glasgow: Cambridge University Press, 1990.